



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

JEANE REBOUÇAS PERCILIANO

**DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
AREIA BRANCA/RN**

MOSSORÓ

2017

JEANE REBOUÇAS PERCILIANO

**DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
AREIA BRANCA/RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Profa. Me. Kézia Viana Gonçalves

MOSSORÓ

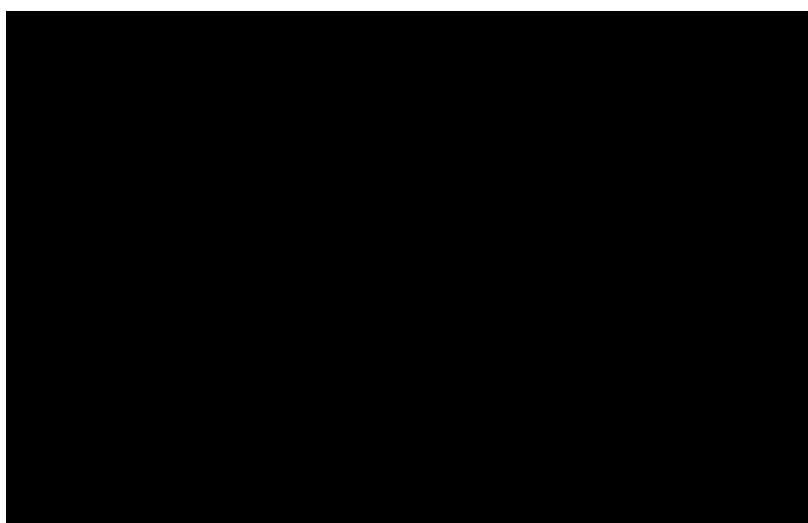
2017

**DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
AREIA BRANCA/RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Defendida em: 01/07/2017.

BANCA EXAMINADORA



DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA/RN

RESUMO

O presente artigo retrata a importância da educação no processo de formação do ser humano na sua totalidade, destacando as diversas formas de atuação desta instituição no decorrer da história. Na fase da educação inclusiva destaca-se a elaboração de ordenamentos jurídicos expressos através de leis, decretos e políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiências por meio da oferta de um atendimento educacional especializado inclusivo e de qualidade que atenda as especificidades dos alunos. Desta forma, foi realizado um diagnóstico das condições de inclusão dos alunos com deficiência visual no processo de ensino-aprendizagem das escolas da rede estadual do município de Areia Branca/RN. Tendo como objetivo averiguar as reais condições da implementação do atendimento educacional especializado destinado aos alunos com deficiência visual. A metodologia aplicada pautou-se na realização de uma pesquisa qualitativa visando explorar com mais profundidade as condições de inclusão dos alunos com deficiências visuais no processo educacional, bem como quantitativa buscando um resultado mais pontual e seguro sobre a temática analisada. A coleta de dados realizou-se a partir da aplicação de questionários abertos com os gestores, professores de sala de aula regular e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Constatando-se que a carência estrutural do atendimento educacional especializado ofertado dificulta o processo de inclusão, a produção do conhecimento e o desenvolvimento dos alunos com deficiência visual. Este estudo fundamenta-se nos autores que tratam da temática, tendo como principais fontes de pesquisa os autores: MOURA (2007), DUARTE (2007), GENTIELI (1995), FRANCO/DIAS (2015) e SASSAKI (2006).

Palavras-Chave: Inclusão; Deficiência Visual; Atendimento Educacional Especializado.

DIAGNOSIS OF THE CONDITIONS OF INCLUSION OF STUDENTS WITH VISUAL DEFICIENCY IN THE STATE NETWORK OF EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF AREIA BRANCA / RN

ABSTRACT

The present article portrays the importance of education in the process of the formation of the human being in its totality, highlighting the various forms of action of this institution in the history's course. In the phase of inclusive education, we highlight the elaboration of legal orders expressed through laws, decrees and public policies aimed at the inclusion of disabled people, through the provision of an inclusive and quality specialized educational service that attentive to the specifics from students . So, a diagnosis was made of the inclusion conditions of students with visual impairment in the teaching-learning process of the state school of the city of Areia Branca / RN. Aiming to find out the real conditions of the implementation of specialized educational service for the student with visual impairment. The applied methodology was based on the accomplishment of a qualitative research aiming to explore with more depth the conditions of inclusion of the students with visual needs in the educational process, as well as quantitative looking for a more punctual and safe result about the analyzed subject. The data collection was carried out through the application of open questionnaires with managers, regular classroom teachers and AEE. It can be observed that the structural lack of the specialized educational service offered hinders the process of inclusion, the production of knowledge and the development of students with visual impairment. This study is based on the authors that deal with the theme, having as main sources of research the authors: MOURA (2007), DUARTE (2007), GENTIELI (1995), FRANCO / DIAS (2015) and SASSAKI (2006).

Keywords: Inclusion; Visual Impairment; Specialized Educational Service.

1 CAMINHOS INICIAIS DA PESQUISA

A educação exerce um papel de grande relevância no processo de formação do ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Porém, a história da educação registra que nos primórdios esta instituição atuou pautando-se no caráter elitista e de reprodução da estrutura social estratificada. (MOURA, 2007).

No transcorrer dos anos, a adoção de várias medidas possibilitaram mudanças estruturais no processo educacional visando ofertar uma educação inclusiva e de qualidade. Com o processo de democratização ocorreu a legalização da universalização do acesso da educação, e a elaboração de vários ordenamentos jurídicos. Destacando-se neste contexto, a Constituição Federal de 1988.

No entanto, as formas de exclusão persistiam excluindo indivíduos considerados fora dos padrões de normalidade, desrespeitando totalmente as diferenças (BRASIL/ MEC/ SECADI, 2008). No percurso da história, as pessoas com deficiências vivenciaram quatro fases distintas, sendo elas: exclusão, segregação, integração e inclusão.

A partir daí foram elaboradas e implementadas várias medidas legais por meio de leis, decretos e políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência, tais como: Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Política Nacional de Educação Especial (2008), Decretos nºs 7.611 e 7.612 (2011), Lei nº 13.146 (2015).

No tocante à deficiência visual, consta-se o seguinte aparato legal: Lei nº 566, de 21 de dezembro de 1948; Lei nº 2.094, de 16 de novembro de 1953; Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962; Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999; Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005; Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006; Lei nº 12.266, de 21 de junho de 2010.

Com graduação em História e Turismo, especialização em Mídias na Educação e Políticas Públicas de Promoção Racial na Escola, e com prática de licenciatura na disciplina de História nas modalidades de Ensino Regular e EJA, nos níveis Fundamental e Médio da rede pública estadual, embasado ainda com os conhecimentos apreendidos neste curso de especialização em AEE, compartilho do pressuposto de que a inclusão social é muito enriquecedora, visto que oportuniza troca de experiências e conhecimentos diversos possibilitando o crescimento do ser humano e a superação dos seus limites.

Partindo destes princípios, surge a necessidade de analisar as condições das estruturas físicas e profissionais disponibilizadas nas escolas da rede estadual do município de Areia Branca/RN com vistas a oportunizar a inclusão dos alunos com deficiência visual no

processo de ensino aprendizagem. Desta forma, proponho-me a investigar até que ponto as políticas públicas e leis que estruturam o atendimento educacional especializado estão sendo postas em prática, de modo a possibilitar as condições necessárias para a inclusão efetiva do aluno com deficiências, bem como a sua formação cidadã e a produção do conhecimento.

O presente projeto de pesquisa buscará compreensões acerca das escolas da rede estadual de ensino do município de Areia Branca/RN, a partir de uma lógica inclusiva do aluno com deficiência visual. A metodologia aplicada se baseará em pesquisa qualitativa, com objetivo de explorar com mais profundidade as condições de inclusão dos alunos com deficiências visuais no processo educacional.

E a partir destes conhecimentos, será utilizado o método quantitativo, visto que o mesmo possibilita um resultado mais pontual e seguro sobre a temática analisada. Conforme Mattar (2001), este método quantifica os dados e generaliza os resultados. A coleta de dados será realizada com aplicação de questionários abertos com os gestores, professores de sala de aula regular e AEE.

O estudo está dividido em quatro capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo retrata a “Trajetória da educação na perspectiva da educação inclusiva” enfatizando os subtítulos “O direito à educação na perspectiva da educação inclusiva, A Política Nacional de Educação Especial articulada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Deficiência visual”. O terceiro intitula-se “Metodologia” especificando e os “Resultados/ Discussão”. No quarto e último capítulo serão apresentadas as “Considerações Finais” acerca da temática em questão.

Pretende-se com este estudo, comprovar que a oferta do atendimento educacional especializado em parceria com o ensino regular possibilitará aos alunos com deficiências condições para superar as barreiras e dificuldades existentes no processo de ensino aprendizagem, levando-os ao desenvolvimento da sua autonomia, independência e aprendizagem.

1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da educação no Brasil desde os primórdios é marcada por tendências elitistas e excludentes, visto que contribuía para a reprodução das classes sociais na medida em que assegurava uma educação propedêutica para as elites, e uma de caráter mais instrumental para as classes mais populares (MOURA, 2007).

Iniciando-se com a educação indígena, baseada nas condições de sobrevivência, transmitidas oralmente, onde ao invés de ensinar as letras e as ciências, aprendiam sobre a caça, a pesca, a agricultura e o artesanato; e em seguida com a chegada dos europeus ocorreu a criação de novos métodos educacionais. Saviani (2007) os explicita nos seguintes períodos: 1549 a 1759 caracteriza-se pelo monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; 1759 a 1932, ocorre a coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; 1932 a 1969, pauta-se no predomínio da pedagogia nova; e 1969 a 2001, configura-se a concepção da pedagogia produtivista.

Tendo em vista a importância do papel da educação no processo de formação do cidadão na sua totalidade, englobando os seus aspectos físicos, mental, cultural, político, científico-tecnológico e social, e a constatação de que desde os primórdios esta instituição atuou pautando-se no caráter elitista e de reprodução da estruturação social estratificada. (MOURA, 2007). Vários esforços foram lançados com vistas a democratizar e universalizar o acesso à educação, expressos na elaboração de vários ordenamentos jurídicos.

Partindo destes princípios, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu diversos fundamentos, tais como: no Artigo 3º define a promoção do bem de todos isentos de qualquer forma de discriminação. Artigo 5º, o qual declara que todos são iguais perante as leis, garantindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O Artigo 6º declara a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados como direitos sociais. Reconhece no Artigo 205, a educação como direitos de todos, consagrando a sua universalidade. E a garantia do padrão de qualidade expressa no Artigo 206 (Inciso VII). Esta garantia se caracteriza como uma tarefa árdua em um país imerso em desigualdades sociais e regionais.

Ao Estado cabe o papel essencial de efetivar o atendimento dos direitos elencados de natureza social, bem como implementar políticas públicas que reduzam estas desigualdades, e atendam aos cidadãos de acordo com as suas necessidades. (DUARTE, 2007)

Oportunizando assim, a qualidade para todos, visto que “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio.” (GENTIELI, 1995:177)

Desta feita, a qualidade na educação se expressa na adequada estruturação do sistema educacional por meio do atendimento aos seguintes aspectos: grau de formação e capacitação dos professores, disponibilidade de material didático e de apoio, a adequação de currículos a realidade local, a implementação de sistemas de avaliação, melhoria da remuneração e

condições de trabalho dos professores, entre outros, de forma a legitimar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem. (DUARTE, 2007)

No entanto, as formas de exclusão persistiam excluindo indivíduos considerados fora dos padrões de normalidade, desrespeitando totalmente as diferenças. No transcorrer da história, as pessoas com deficiências vivenciaram quatro fases distintas, sendo elas: exclusão, iniciando nas primeiras civilizações onde as pessoas consideradas “anormais” eram eliminadas da sociedade com a justificativa de representarem um risco a mesma; na segregação, a sociedade começou a expressar um sentimento de culpa, compaixão, em decorrência disto, os indivíduos “anormais” passaram a ser agregados em um local diferenciado, dispondo de um tratamento específico e vivendo à parte da sociedade; na fase de integração, buscou-se a inserção destas pessoas no convívio social desde que apresentassem um nível de competência condizente com os padrões considerados normais; e por último na fase de inclusão, estabelece-se um esforço em conjunto da sociedade com as pessoas com deficiências, onde ambos se capacitam e estabelecem mudanças objetivando possibilitar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem através da cooperação (DIAS, 2015, p. 13-16).

Partindo do princípio do respeito à dignidade humana, todo ser humano independente de suas dificuldades e limitações tem o direito de viver, relacionar, interagir, superar e construir seu próprio aprendizado. Cabendo à sociedade abandonar as práticas desumanas e preconceituosas, e agir de forma justa e respeitosa.

Entendendo que o convívio social é muito enriquecedor, visto que oportuniza troca de experiências e conhecimentos diversos possibilitando o crescimento do ser humano e a superação dos seus limites. A partir daí foram elaboradas e implementadas várias medidas legais por meio de leis, decretos e políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiências.

A Declaração de Salamanca (1994) enfatiza a existência de espaços educacionais inclusivos que oportunizem a construção do aprendizado a partir das diferenças. Reforça os princípios de inclusão educacional e exige dos sistemas educacionais a garantia do acesso e permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação no sistema regular de ensino com qualidade.

A LDB nº 9.394/1996 explicita a abrangência do processo educacional e enfatiza a característica de educação inclusiva,

Art. 01. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino

e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 1996, p. 7)

Evidenciando-se assim, a importância da atuação integradora da instituição escolar com a família e a comunidade local. O professor de AEE em parceria com o professor regular fará uma análise das reais necessidades dos alunos, e juntamente com a equipe escolar estabelecerão as metodologias adequadas com vistas a superar as barreiras e dificuldades decorrentes das deficiências. No tocante à família, o professor de AEE contribuirá com orientações que auxiliem no desenvolvimento do aluno. A ação de todos estes segmentos possibilitará resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem, bem como na formação cidadã.

1.1 A Política Nacional da educação especial articulada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A Política Nacional da Educação Especial (2008) destaca a Educação Especial como uma modalidade essencial para a construção do sistema educacional inclusivo:

A Educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços, e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 10)

Para tal, faz-se necessário a criação de espaços educacionais que promovam a inclusão de todos, respeitando as suas especificidades e criando condições para a produção do conhecimento a partir da interação com as diferenças. Neste contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua na identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade visando superar as barreiras que dificultam a participação e a inclusão de forma ativa dos alunos.

De acordo com a Resolução do CNE Nº 4/2009, o AEE deverá ser ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não substituindo as classes comuns, podendo ainda ser ofertado em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas. (Artigo 5º)

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, declara em seu Artigo 2º que: “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as

barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Sendo complementado pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que estabelece a criação de políticas, programas e ações para garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiências.

Outro aparato legal, no tocante à inclusão da pessoa com deficiência está expressa na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na qual está “destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”. Assegurando em seu Artigo 74, a garantia de acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva visando maximizar a autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida da pessoa com deficiência. As Tecnologias assistivas definem-se como:

[...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL/CORDE, 2009, p.26)

Fundamentos por estes ordenamentos jurídicos torna-se necessário práticas de ações colaborativas e cooperativas por parte dos membros do contexto escolar (professor regular, professor de AEE, alunos, gestores, equipe escolar, família), expressas nos planejamentos e implementações de ações que visem romper com as concepções individualistas e excludentes, e promovam a construção do conhecimento de forma ativa, criativa e inclusiva.

O estreitamento das relações estabelecidas entre aluno e professor é de grande relevância neste processo de inclusão e produção do conhecimento, pois ao conhecer melhor os alunos, o professor será capaz de identificar suas necessidades e potencialidades. E com base nestas premissas planejará estratégias que instiguem e promovam a sua capacidade de aprender e desenvolver suas habilidades.

2.2 Deficiência Visual

O contexto escolar apresenta vários paradigmas que dificultam a inclusão do aluno com deficiência visual (FRANCO/DIAS, 2007). Tendo em vista a superação destas limitações e a potencialização da capacidade apresentadas pelos alunos, o Atendimento Educacional

Especializado atua criando e aplicando medidas de acessibilidade que oportunizem a aprendizagem de forma inclusiva.

A deficiência visual se caracteriza como cegueira e baixa visão, causada de forma congênita ou adquirida. A congênita ocorre na própria gestação, e a adquirida dá-se quando por algum motivo a pessoa passa a ter deficiência.

Com base no Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, a cegueira apresenta uma acuidade igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor ótica; e a baixa visão com acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Diversas leis foram criadas visando a garantia da inclusão das pessoas com deficiência visual, tais como: Lei nº 566, de 21 de dezembro de 1948, que concede preferência nas aquisições de material para as repartições públicas e autarquias, aos produtos da marca Trevo, de propriedade da Liga de Proteção dos Cegos no Brasil; Lei nº 2.094, de 16 de novembro de 1953, concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil; Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962, oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contratações e Abreviaturas Braille; Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999, institui uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille, todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa, a Matemática e as outras Ciências, a Música e a Informática; Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, dispõe sobre o direito do deficiente visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia; Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006, regulamenta a Lei nº 11.126, acima citada; Lei nº 12.266, de 21 de junho de 2010, institui o Dia Nacional do Sistema Braille.

A cegueira impõe às pessoas implicações ou limitações básicas, dentre as quais se destacam a restrição nas relações com o meio ambiente, a limitação na habilidade e possibilidade de se mover e explorar o meio, bem como a limitação na variedade e qualidade de experiências.

Em decorrência da ausência de visão os indivíduos recorrem à ativação dos sentidos remanescentes como o tato, a audição, o paladar e o olfato, visando compensar as suas limitações, e os auxilia na formação de conceito e na possibilidade de aprendizagem.

Mediante estas limitações que dificultam o processo de aprendizagem e interação, torna-se necessária a aplicação de medidas de acessibilidades atitudinais, arquitetônicas, metodológicas, programáticas, comunicacionais e instrumentais (SASSAKI, 2006). É neste contexto, que ocorre a atuação do atendimento educacional especializado, no sentido de

promover a colaboração e cooperação entre os professores da sala de aula regular e o da sala de recursos multifuncionais (AEE), onde através do diálogo entre ambos serão estabelecidas e implementadas medidas que tornem viáveis a superação das dificuldades e limitações, proporcionando a produção do conhecimento de forma ativa e inclusiva.

A utilização das Tecnologias Assistivas apresenta-se como uma ferramenta fundamental na inclusão dos alunos com deficiências, na medida em que promove meios para a superação das barreiras impostas no processo educacional. Para o atendimento aos alunos com deficiência visual torna-se imprescindível a utilização das seguintes tecnologias assistivas: professores (regular e AEE) e alunos com conhecimento do Sistema Braille; Sala de Recursos Multifuncionais equipadas por computadores com software com leitores de tela, impressora em Braille, máquina perkins brailleur, punção, reglete, soroban, bengala longa, livro falado, guia de assinatura, lupa eletrônica, jogos pedagógicos, leitores de tela, impressões com acessibilidade gráfica para alunos com baixa visão, auxílios ópticos para perto (lupas manuais, fixas, horizontais e iluminadas) e para longe (sistemas telescópicos, telulupas e lupa eletrônica); organização espacial; materiais desportivos adaptados (bola de guizo e outros); apoio físico, verbal e instrucional para viabilizar a orientação e mobilidade.

3. METODOLOGIA

A referida pesquisa teve como sujeitos as escolas da rede estadual de ensino do município de Areia Branca/RN, representadas pelas seguintes instituições:

Campo de Pesquisa	Endereço	Modalidade de Ensino	Nível	Turno	Nº de Alunos
EECIFQ - Escola Estadual Cônego Ismar Fernandes de Queiroz	BR 110, Km 01, S/N - Bairro: Ilha	Regular e EJA	Fundamental II e Médio	Vespertino e Noturno	447
EECBG - Escola Estadual Conselheiro Brito Guerra	Rua: Mestre Silvério Barreto, 247 - Centro	Regular	Fundamental e Médio	Matutino	257
EEDSS - Escola Estadual Desembargador Silvério Soares	Avenida Prefeito Antonio Calazans, S/N - Bairro: Nordeste	Regular	Médio	Integral	356

EEDDS - Escola Estadual Dr. Dagmar Sabino	Rua: Rui Barbosa, S/N - Bairro: São João	Regular	Fundamental I e II	Matutino	208
EEEM - Escola Estadual Elita Monte	Rua: Rui Barbosa, S/N - Bairro: São João	EJA	Fundamental e Médio	Noturno	285
EEPAGBS - Escola Estadual Professora Antonia Girland Bruno da Silva	Rua: Dr. Braz Benedito de Mendonça, S/N - Bairro: Cohab	Regular	Fundamental I	Matutino e Vespertino	182
EEPMLRBV - Escola Estadual Maria Lauretânea Rolim B. do Vale	Rua: José Amaro, S/N - Bairro: Cohab	Regular	Fundamental I	Matutino e Vespertino	193

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

TABELA 1 – CAMPOS DE PESQUISA

A metodologia aplicada se baseou na pesquisa qualitativa, com o objetivo de possibilitar uma compreensão profunda das condições de inclusão dos alunos com deficiências visuais no processo educacional, por meio de uma compreensão dos gestores e professores das escolas pesquisadas (GOLDEMBERG, 2004).

Visto que este método de pesquisa enfatiza o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, e não se preocupa com a representatividade numérica. Responde a questões muito particulares, preocupando-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001:22)

E a partir destes conhecimentos, utilizou-se o método quantitativo com base nos elementos “número total de alunos” e “número de alunos com deficiência visual”, visto que o mesmo possibilita um resultado mais pontual e seguro sobre a temática analisada. Conforme Mattar (2001), este método busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, e com a análise dos casos representativos quantifica os dados e generaliza os resultados. A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o

pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos. (GOLDENBERG, 2004: 63).

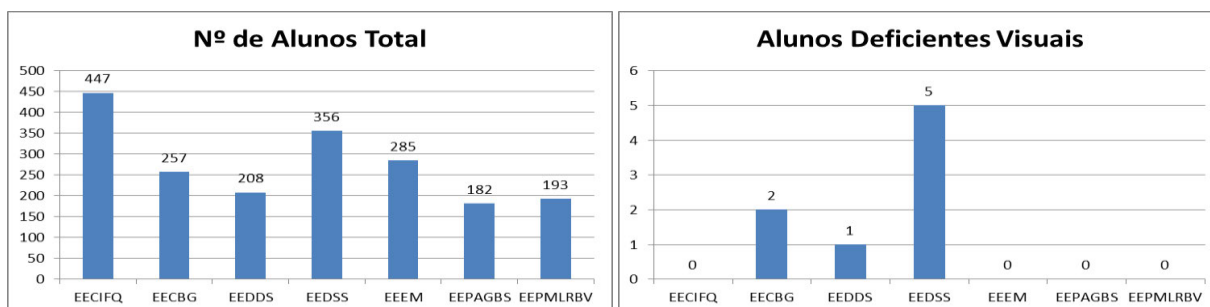
Os procedimentos técnicos ocorreram por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa experimental. Para Gil (2007), a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

A coleta de dados realizou-se com aplicação de questionários abertos com os gestores, professores de sala de aula regular e AEE no período de 15 a 19/05/2017, abordando as variáveis que dão subsídios para a compreensão da temática analisada. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o questionário é um instrumento de coleta de dados de forma ordenada, que devem ser respondidos por escrito e sem a presença do entrevistador, onde o entrevistado responderá as questões abertas de forma dissertativa.

3.1 RESULTADOS/ DISCUSSÃO

A realização desta pesquisa baseou-se na análise das condições estruturais das sete escolas estaduais existentes no município de Areia Branca/RN mencionadas acima, a partir da aplicação de questionários com os colaboradores deste estudo.

Com base nas informações prestadas pelos gestores, constata-se que as instituições escolares atuam na modalidade de ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos níveis Fundamental e Médio, localizadas na Zona Urbana e funcionam nos turnos matutino, vespertino e noturno. Totalizando o número de 1.928 alunos atendidos pela rede estadual de ensino, deste total destaca-se 08 alunos com deficiência visual distribuídos da seguinte forma: 02 na EECBG (01 cegueira e 01 baixa visão), 05 na EEDSS (cegueira) e 01 com baixa visão na EEDDS.(ver gráficos 1 e 2)



Fonte: Elaborado pela autora (2017)
GRÁFICO 1 – TOTAL DE ALUNOS

Fonte: Elaborado pela autora (2017)
GRÁFICO 2 – ALUNOS DEFICIÊNCIA VISUAL

Buscando analisar a estrutura do atendimento educacional especializado, foi observada a atuação do profissional do AEE, oferta de atendimento em Sala de Recursos Multifuncionais, Projeto Político Pedagógico articulado com o AEE e a formação da equipe escolar. Resultando nas seguintes comprovações: das escolas observadas somente a Elita Monte e a Professora Maia Lauretânea dispõem dos serviços de profissionais de AEE; a única escola que dispõe de Sala de Recursos Multifuncionais é a Professora Maria Lauretânea; percebe-se que todas as instituições contemplam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Projeto Político Pedagógico (PPP), e que a equipe escolar da Escola Maria Lauretânea é a única que participou de cursos de capacitação para atuar no atendimento educacional especializado. Estas informações retratam sérias dificuldades estruturais e profissionais na oferta do atendimento adequado aos alunos com deficiências visuais.

Focalizando na utilização de meios que promovam a superação das barreiras e facilitem o aprendizado dos alunos em questão, destaca-se a relevância do uso das tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem. Verificou-se por meio de entrevistas aplicadas com os professores de sala de aula regular e AEE, que as escolas Dr. Dagmar Sabino, Elita Monte e Antônia Girlande não possuem tecnologias assistivas. Ressaltando a disponibilização das referidas tecnologias nas escolas abaixo mencionadas:

- E.E. Cônego Ismar Fernandes de Queiroz: Lupas, impressora braille e notebook adaptado;
- E.E. Conselheiro Brito Guerra: Computador e impressora braille e impressão de provas com letras aumentadas;
- E.E. Desembargador Silvério Soares: Computador com amplitudes visuais e periféricos adaptados e projetor com imagem ampliada;
- E.E. Professora Maria Lauretânea Rolim B. do Vale: Máquina de escrever em braille, jogos, livros e alfabeto braille.

Baseando-se nestes dados e nos relatos dos docentes, conclui-se que a disponibilização destas tecnologias são deficitárias. Salientando que 43% das instituições pesquisadas não as possuem, e parte das que dispõem nas as utilizam por falta de conhecimento no manuseio das mesmas.

Os docentes das escolas em questão compreendem que o atendimento educacional especializado exerce um papel de grande relevância na atuação didática voltada para a inclusão do aluno com deficiência visual, pois ao trabalhar em parceria com os professores

regulares oferece o suporte necessário para a superação dos obstáculos, inclusão no contexto educacional e a produção conhecimento de forma ativa.

Ressaltam que os principais desafios existentes na implantação desta política inclusiva na escola, pauta-se na falta de apoio e investimentos dos órgãos competentes expressos na carência de recursos humanos, estrutura física, materiais didáticos, capacitação regular e continuada dos profissionais, sendo ainda agravada pelo preconceito.

Constatando-se assim, uma grande discrepância entre a teoria e as reais condições da prática das políticas públicas direcionadas ao atendimento educacional especializado.

No tocante a avaliação do desenvolvimento educacional e participativo dos alunos com deficiências visuais relataram prejuízos nos processos de inclusão e aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este breve aparato sobre os ordenamentos jurídicos que normatizam e organizam o atendimento educacional especializado com vistas a garantir a inclusão dos alunos com deficiências dando ênfase na deficiência visual, bem como na realização de um diagnóstico para identificar as reais condições de inclusão destes alunos no contexto educacional, constata-se a existência de diversos desafios na concretização desta política de ampliação das oportunidades de inclusão educacional e social.

As políticas existem e são bem estruturadas, mas não são postas em prática de forma a possibilitar o atendimento adequado para a superação das barreiras e limites impostos às pessoas com deficiências visuais.

As escolas não apresentam estrutura física adequada para garantir acessibilidade e mobilidade, os profissionais atuantes em sua maioria não estão capacitados para tal atividade, e a disponibilização de cursos de capacitação são raros. Os recursos didáticos são poucos e muitas vezes inexistentes.

Na prática as condições estruturais não oportunizam a implementação efetiva destas medidas. Apesar das instituições escolares atuarem de forma coerente com os preceitos da inclusão ao elaborar o projeto político e pedagógico em consonância com o atendimento educacional especializado, estabelecendo metodologias, estratégias e práticas que promovam a participação das pessoas com necessidades especiais de forma autônoma, independente e inclusiva.

Desta forma, ocorre o comprometimento do desenvolvimento educacional e participativo dos alunos com deficiências visuais, ocasionando resultados não satisfatórios no

processo de ensino-aprendizagem. E a inclusão destes alunos acaba se transformando muitas vezes em mera inserção inadequada dos mesmos no contexto educacional.

Portanto, evidencia-se que a carência estrutural do atendimento educacional especializado disponibilizado dificulta o processo de inclusão, a produção do conhecimento e o desenvolvimento destes alunos. Tornando-se necessário que os órgãos competentes realizem modificações e investimentos na estrutura educacional a fim de possibilitar a implementação das políticas públicas de forma adequada e eficiente, atendendo as prerrogativas jurídicas do atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/ SECADI, 2008.

BRASIL, Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca, de junho de 1994**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

_____. **Decreto Nº 5.904, de 21 de setembro de 2006**, que regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95429/decreto-5904-06>

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

_____. **Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm

_____. **Lei Nº 566, de 21 de dezembro de 1948**, que concede preferência nas aquisições de material para as repartições públicas e autarquias, aos produtos da marca Trevo, de

propriedade da Liga de Proteção os Cegos no Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-566-21-dezembro-1948-345113-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. **Lei Nº 2.094, de 16 de novembro de 1953**, que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2094-16-novembro-1953-366212-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. **Lei Nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962**, que oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contratações e Abreviaturas Braille. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4169.htm

_____. **Lei Nº 11.126, de 27 de junho de 2005**, que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambiente de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11126.htm

_____. **Lei Nº 12.266, de 21 de junho de 2010**, que institui o Dia Nacional do Sistema Braille. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12266.htm

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, Nº 13.146, sancionada em 06 de julho de 2015**. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/205855325>

_____. **Portaria Nº 319, de 26 de fevereiro de 1999**, que institui uma política de diretrizes e normas para uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille, em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa, a Matemática e outras Ciências, a Música e a informática. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port319.pdf>

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. Campinas, vol 28, n. 100 – Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **A educação de pessoas cegas no Brasil**. Araçatuba, v.5, n.5, p. 74-82, Ago. 2007.

GENTILI, Pablo, 1995. **“O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional”**. In: GENTILI, Pablo e Tomaz Tadeu da Silva, orgs. 1995. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração**. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** In: Livroto: Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA (GESTOR/ PROFESSORES REGULAR E AEE)



ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA/RN **GESTOR**

Identificação

Escola: _____

Endereço: _____

Modalidade de Ensino: _____

Níveis: _____

Turno: _____

1. Nº de Alunos (Total): _____

2. Nº de Alunos Deficiência Visual: _____

3. A instituição dispõe de:

Profissional de AEE? Sim () Não ()

Sala de Recursos Multifuncionais: Sim () Não ()

4. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição contempla o Atendimento Educacional Especializado (AEE): Sim () Não ()

5. A equipe escolar já participou de cursos de capacitação sobre AEE? Sim () Não ()

PROFESSORES REGULAR E AEE

6. Quais são as tecnologias assistivas utilizadas para o atendimento educacional do aluno com deficiência visual? _____

7. Na sua atuação didática, como você compreende o AEE na convivência dos alunos com deficiência visual? _____

8. Quais são os desafios existentes na implantação de uma política inclusiva na escola, em especial com os alunos com deficiência visual?

9. Avaliação do desenvolvimento educacional e participativo dos alunos com deficiência visual: _____